ATA – 43ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH-DOCE

No dia 23 de julho de 2020, às 14h, teve início, de forma telepresencial, por meio da plataforma Microsoft Teams, a 43ª Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, sendo verificada, no ato da abertura, a existência de quórum, com a presença de 37 conselheiros titulares e/ou suplentes no exercício da titularidade. Dando início às atividades, o presidente do CBH-Doce, Sr. Flamínio Guerra cumprimentou os presentes, agradecendo a participação de todos e enaltecendo a importância de manter o Comitê ativo, mesmo em meio à pandemia do novo coronavírus. Na sequência, comentou brevemente sobre os itens em pauta, reforçando a importância dos pontos em discussão para o futuro da gestão de recursos hídricos na Bacia do Rio Doce. Prosseguindo, foi passada a palavra a Sra. Juliana Vilela, do IBIO, responsável pela moderação da plenária, para apresentar as **orientações gerais para participação na videoconferência**, a fim de otimizar os trabalhos e garantir o bom andamento da reunião. Na sequência, foi passado ao terceiro ponto de pauta, referente aos **informes da diretoria**. Iniciando, foram repassadas informações sobre a participação do CBH-Doce no âmbito do sistema CIF/Fundação Renova. Para tratar desse tema, foi dada a palavra ao Sr. José Carlos Loss Júnior, vice-presidente do CBH-Doce e representante titular do Comitê no CIF. Em sua fala, ele destacou a complexidade do sistema, o elevado número de programas, documentos e informações, que envolvem questões de natureza socioeconômica e socioambiental diversas. Na oportunidade, destacou que está sendo feito um trabalho árduo visando a capacitação, estruturação e a organização da participação dos representantes do CBH-Doce indicados para compor as CTs, o plenário do CIF e, ainda, o Conselho Consultivo da Fundação Renova, com ênfase nos programas relacionados às atividades do Comitê, sob a coordenação do Sr. Humberto Savelli, 2º secretário adjunto do CBH-Doce, com o suporte da secretaria executiva de apoio ao Comitê. O objetivo é garantir uma participação mais ativa e direcionada, com viés técnico, focada nos temas de interesse do CBH. Por fim, ele informou que a suplência do Comitê no CIF está sendo exercida pela Sra. Sônia Madali, presidente do CBH-Piranga, que entrou no sistema em substituição ao presidente do CBH-Doce, Sr. Flamínio Guerra, que se afastou do CIF para se dedicar de forma mais exclusiva às demandas internas do CBH. Na sequência, foi passada a palavra aos conselheiros que manifestaram interesse em se pronunciar sobre o tema. A Sra. Milena Paraíso Donô, da SEAMA/ES, relatou que participa de Câmaras Técnicas do CIF, há algum tempo, representando o Governo do Estado, e se colocou à disposição para auxiliar o CBH-Doce no que for necessário. Prosseguindo, o Sr. Ronevon Huebra, do Sindágua, perguntou qual a estratégia será usada pelo CBH-Doce para levar as pautas de interesse do Comitê para serem tratadas no CIF. Em resposta, o Sr. José Carlos Loss explicou que a pauta do CIF segue o que foi definido no TTAC, sendo que o objetivo Doce é focar nas ações desse termo que estão ligadas aos interesses e programas desenvolvidos no CBH-Doce, reforçando a importância de participar de forma ativa nas CTS, instâncias em que ocorrem as discussões mais técnicas e aprofundadas. Finalizando a discussão sobre o assunto, o Sr. José Ângelo Paganini, da Fundação Relictos, que compôs o Conselho Curador da Fundação Renova, relatou que o Comitê precisa definir quais diretrizes serão traçadas para o CIF e destacou que a revisão do plano deve ser

usada de forma estratégica pelo CBH no âmbito do sistema. Ainda nos informes da diretoria, o Sr. Flamínio Guerra falou sobre a reunião realizada entre a diretoria do CBH-Doce e Hosana Regina Andrade de Freitas, promotora de justiça, e nova coordenadora das promotorias de meio ambiente da Bacia do Rio Doce, que assumiu em substituição à Leonardo Castro Maia, antigo coordenador, transferido recentemente para Belo Horizonte. O presidente do CBH-Doce relatou que, durante a videoconferência, fez um breve relato sobre o Sistema de Recursos Hídricos, especialmente no trabalho desenvolvido pelos comitês, destacando os principais desafios e as expectativas para este momento de transição. Ele destacou que a promotora se mostrou interessada e solícita para colaborar, inclusive, no que se referem aos problemas relacionados ao contingenciamento dos recursos da cobrança em nível estadual, que comprometem os trabalhos dos comitês estaduais, da AGB e, consequentemente, do CBH-Doce, pois se trata de um Comitê de integração. Prosseguindo, foi passado ao próximo item de pauta, referente à **discussão e votação da minuta da 42ª Reunião Extraordinária do CBH-Doce,** realizada em 10 de dezembro de 2019. O documento foi aprovado sem alterações, sendo registradas abstenções por parte dos seguintes conselheiros: Adriana Lustosa (MDR), Rone Frank (FIMEG), Milena Donô (SEAMA/ES), Luciane Teixeira (ARDOCE), Pheterson Aguiar (Leão Alimentos), Ana Paula Bissoli (Consórcio Rio Guandu), Antônio Morais (Pref. de Mariana). Dando continuidade, foi passada à **apreciação e votação da Deliberação Normativa ad referendum nº 84/2020, que regulamenta a realização de reuniões do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e de suas instâncias, por meio de videoconferência.** Iniciando as tratativas sobre o tema, o Sr. Flamínio Guerra solicitou a manifestação dos Srs. Humberto Savelli e Senisi Rocha que colaboraram na construção da deliberação, elaborada com base da Resolução nº 210, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. O Sr. Senisi Rocha, representante do Lions Clube e membro da CTCI do CBH-Doce, destacou que a intenção é regulamentar as videoconferências, sobretudo considerando a situação da pandemia, em que a tecnologia pode ser utilizada como forma de garantir o funcionamento do Comitê. Ele destacou que a matéria foi trabalhada *ad referendum* com o objetivo de garantir a realização desta plenária, sendo que a ideia é continuar o trabalho na Câmara Técnica, a fim de aperfeiçoar o documento normativo e o uso da ferramenta em prol do CBH-Doce. Ato contínuo, o Sr. Humberto Savelli destacou que se trata de uma ferramenta de emergência para garantir a realização das reuniões durante a pandemia e, ao mesmo tempo, representa a possibilidade de um instrumento importante para a evolução do funcionamento do CBH no futuro. Em seguida, foi passada a palavra aos conselheiros interessados em discorrer sobre o tema. A Sra. Milena Donô parabenizou a diretoria do CBH-Doce pela iniciativa, relatando que a ferramenta será de suma importância para ela, considerando que, por muitas vezes, a distância geográfica impediu o seu comparecimento às plenárias. Segundo ela, a videconferência representa uma forma de democratizar a participação. Prosseguindo, o Sr. Edson Valgas, da CENIBRA, secretário adjunto do CBH-Doce, endossou a fala da Sra. Milena, enaltecendo a proposta, que, segundo ele, representa evolução e amadurecimento. Ele destacou que a videconferência não irá extinguir as reuniões presenciais, que são de extrema relevância, porém representa um avanço, inclusive, no que se refere à economia de recursos

financeiros. Em seguida, o Sr. Ronevon Huebra destacou a relevâncias de aprimorar a regulamentação da norma, a fim de dar mais legitimidade às reuniões telepresenciais. A Sra. Juliana Vilela, do IBIO, informou que a diretoria irá trabalhar nessa regulamentação, prevendo, inclusive a inserção no Regimento Interno do CBH-Doce. Prosseguindo, o Sr. João Clímaco, da FONASC, parabenizou o Comitê pela iniciativa, por meio da qual é criada uma solução imediata para garantir o funcionamento na pandemia. No entanto, manifestou preocupação quanto ao caráter permanente dessas reuniões, conforme disposto na redação da deliberação apresentada. Ele destacou que é favorável à utilização das novas tecnologias, porém reforçou que ainda há muito a evoluir e, ainda, reforçou que a reunião virtual não substitui a presencial, sobretudo no que se referem às articulações políticas. Segundo ele, a medida é muito válida durante a pandemia, mas, após esse período, é preciso reavaliar. Em atenção ao comentário do Sr. João Clímaco, o Sr. Senisi Rocha sugeriu alterar o texto da DN, propondo que as reuniões 100% telepresenciais se restrinjam às situações de caráter excepcional, tais como a situação da COVID-19 e outras similares, garantindo, porém, que as reuniões de natureza mista, sejam perenes, a fim de garantir a participação daqueles que não puderem comparecer *in loco.* Prosseguindo o debate, o Sr. Edson Valgas relatou que o objetivo da DN é reconhecer a validade da reunião por videconferência, independentemente da pandemia, sendo que a reunião telepresencial não é obrigatória, mas, uma alternativa, caso a reunião presencial seja inviável. Ainda sobre o tema, a Sra. Dolores Colle, destacou a importância da participação remota para democratizar o acesso às reuniões, citando, como exemplo, sua experiência pessoal, pois, várias vezes, não compareceu devido à distância, mas poderia ter participado, caso houvesse a videconferência. O Sr. Antônio, da CESAN, endossou a fala da Sra. Dolores, relatando que essa mudança pode, inclusive, atrair novas entidades para o Comitê. Em seguida, o Sr. Luiz Cláudio Figueiredo, da VALE, propôs uma alteração no texto da DN, a fim de atender à reivindicação do Sr. João Clímaco, mas sem prejuízo às demais sugestões. Ele sugeriu suprimir o parágrafo único, do Art. 1º, considerando que o *caput* do artigo é suficiente para garantir a realização das reuniões telepresenciais. Complementarmente, sugeriu que parte da redação desse parágrafo, que fala sobre a democratização do acesso por meio das reuniões telepresenciais, fosse incorporada ao texto de abertura, como um “considerando”, antes da parte deliberativa do documento. Ainda sobre tema, o Sr. Thiago Santana, do IGAM, destacou que as reuniões são um avanço necessário. Segundo ele, no âmbito do Estado de Minas Gerais, a Deliberação Normativa do CERH nº 52/2016, que normatiza os regimentos internos dos CBHs, trouxe a previsão de reuniões por videoconferência, fato que não trouxe prejuízo às plenárias presenciais e, nesse momento, permite que não haja paralização das atividades. Em sequência, o Sr. Luiz Henrique, da ANA, relatou a importância de estudar muito bem como será o funcionamento das reuniões mistas, considerando que é necessário estruturar um aparato tecnológico capaz de garantir a realização dessas reuniões, sem prejuízo à participação efetiva daqueles que estão participando de forma virtual. Nesse sentido, o Sr. Senisi Rocha relatou que a realização das reuniões mistas estará condicionada à disponibilidade do aparato necessário, sendo que a questão será discutida nas instâncias do CBH e regulamentada no Regimento Interno. Em seguida, foi passada à votação da proposta apresentada pelo Sr. Luiz Cláudio para

adequação da DN. Conforme alertado pelo Sr. José Ângelo Paganini, a votação da matéria foi feita de forma nominal, e não por aclamação, como havia sido sugerido incialmente, para atendimento à determinação do manual para realização de videoconferências, encaminhado a todos os conselheiros junto à convocatória. Finalizada a chamada, o documento foi aprovado de forma unânime pelos 35 (trinta e cinco) conselheiros com direito a voto presentes na sala no momento da votação. Finalizada a discussão, foi passado ao ponto de pauta seguinte, relativo à **Apreciação e votação da Deliberação Normativa ad referendum nº 83/2020, que aprova a indicação da Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP) para desempenhar as funções de Agência de Água na Bacia Hidrográfica do Rio Doce.** Iniciando os debates, o presidente do CBH-Doce, Flamínio Guerra, fez um breve relato sobre o processo. Primeiramente, falou sobre a tentativa de reestruturar o IBIO, liderada pelo segmento usuários, considerando os problemas recorrentes e iminente rescisão contratual. A tentativa, porém, não prosperou, razão pela qual o CBH-Doce, no final de 2019, lançou um Edital Público, visando à seleção de uma entidade para exercer as funções de Agência de Água na Bacia do Rio Doce. No âmbito do Edital houve a inscrição de apenas 02 (duas) entidades, porém ambas foram inabilitadas, pois não atendiam aos requisitos. A fim de buscar uma alternativa para evitar a descontinuidade dos trabalhos, foram iniciadas as tratativas junto às entidades delegatárias constituídas, sendo constatado, então, que a AGEVAP atendia às exigências legais, além de possuir ampla experiência. A instituição aceitou, encaminhando ao CBH-Doce carta de manifestação de interesse e Plano de Trabalho. Esses documentos foram submetidos à CTIL, que, de forma virtual, analisou e emitiu parecer recomendando à plenária a aprovação da indicação da AGEVAP ao CNRH. Considerando a importância de deliberar rapidamente sobre o tema, devido ao curto prazo restante até o encerramento do Contrato de Gestão firmado entre o IBIO e a ANA, e a impossibilidade de realizar uma reunião presencial, em virtude da pandemia, a presidência do CBH-Doce emitiu a deliberação *ad referendum nº 83/2020*, encaminhada ao CNRH. No dia 29 de junho, em reunião virtual, o CNRH, com respaldo de nota técnica emitida pela ANA, votou favoravelmente à delegação, sendo que brevemente será publicada oficialmente a Resolução Normativa que delega à AGEVAP a competência para o exercício das funções de Agência de Água para a Bacia do Rio Doce, em âmbito federal. Por fim, o Sr. Flamínio Guerra destacou que a indicação da AGEVAP representa uma excelente oportunidade para a evolução da gestão, pois a entidade possui ampla expertise, ótimos indicadores de desempenho junto aos órgãos gestores, bem como índices de desembolso muito satisfatórios. O conselheiro Senisi Rocha lembrou o grande esforço da Comissão de Julgamento na tentativa de selecionar uma entidade como delegatária. Finalizada a explanação, foi passada a palavra ao Sr. André Marques, diretor-presidente da AGEVAP. Em sua fala, relatou brevemente sua experiência profissional e apresentou a estrutura da entidade, que, atualmente, possui 06 (seis) Contratos de Gestão ativos, prestando assistência a 10 CBHs. Ele destacou, também, a importância de um trabalho articulado entre o CBH e a AGB, considerando que a parceria entre os entes é fundamental para a execução de bons projetos. Ele informou que assumirá, pessoalmente, a diretoria da Agência na Bacia do Rio Doce para o processo inicial de estruturação, no qual será montada uma

equipe de trabalho, totalmente independente da AGEVAP já em funcionamento. Explicou, também, que está programando ir a Governador Valadares no início do mês de agosto para entender melhor os processos e conhecer as pessoas que atualmente compõem a equipe do IBIO. Segundo ele, será incorporado à Agência do Doce o Sistema de Informações, uma importante ferramenta de gestão e transparência de dados que está sendo reformulada e será muito importante para o trabalho junto ao CBH-Doce. Segundo ele, a plataforma traz informações tanto contábeis/financeiras quanto permite o acompanhamento dos projetos. Prosseguindo, falou rapidamente sobre a Escola de Projetos, trabalho desenvolvido em parceria com universidades, e apresentou, por meio do site, um pouco sobre a dinâmica de funcionamento do Sistema de Informações Geográficas e Geoambientais da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (SIGA-CEIVAP). Finalizada a explanação, foi dada a palavra aos conselheiros que se manifestaram. O Sr. Ronevon Huebra destacou a importância da integração, que representa um diferencial na forma de trabalho da Bacia do Rio Doce e ressaltou que está com ótimas expectativas para o início dos trabalhos da AGEVAP. Em resposta, o Sr. André Marques reforçou a relevância da integração e a importância de se trabalhar com ênfase no conceito de bacia hidrográfica. Dando prosseguimento, o Sr. João Clímaco comentou que acompanha o trabalho da AGEVAP em outras regiões, considerando que a FONASC, instituição que representa, participa do CBH-Guandu/RJ. Ele reforçou a importância de que todas as informações sobre a gestão da agência estejam disponibilizadas de forma transparente no Sistema de Informações e destacou que o CBH-Doce é um Comitê com muitas especificidades. Além disso, reforçou a importância de que não seja estabelecida uma relação de subordinação AGB e o CBH. Em seguida, o Sr. André Marques destacou que o Sistema de Informação está sendo remodelado para melhorar os gargalos existentes, sendo que para a definição do novo formato houve um intenso trabalho, com realização de SWOT e outras ferramentas, visando ao aperfeiçoamento do sistema, que está em constante processo de construção e melhoria e que, agora, também incorporará a toda a parte contábil e financeira. Por fim, ressaltou a importância de que haja um constante diálogo e uma relação de parceria entre a AGB e o CBH, que vão atuar de forma conjunta e integrada. Dando prosseguimento, a Sra. Nayara Jacome, da COPASA, fez elogios ao sistema e questionou se os dados disponíveis poderão ser acessados pela população em geral. Em resposta, o Sr. André Marques informou que os dados são públicos e podem ser acessados pela comunidade na internet. Finalizadas as intervenções, a Deliberação Normativa 83/2020, encaminhada a todos os conselheiros junto à convocação, foi colocada em tela para o início do processo de votação, realizado nominalmente. Após a chamada a matéria foi aprovada de forma unânime pelos 29 (vinte e nove) conselheiros com direito a voto presentes na sala no momento da votação. Encerrando tema, o Sr. Flamínio Guerra deu as boas vindas à AGEVEP e destacou que o CBH-Doce está empenhando para realizar o processo de transição e instalação da nova agência de forma rápida, ágil e transparente. O Sr. André Marques agradeceu a todos pelo voto de confiança, destacando que se emprenhará muito para realizar um bom trabalho na Bacia do Rio Doce. Dando prosseguimento, o presidente do CBH-Doce propôs, considerando o horário avançado, a suspensão do ponto de pauta, referente à **apresentação sobre o processo de desmobilização do IBIO e síntese**

da execução dos programas desenvolvidos pela entidade no âmbito do Contrato de Gestão 072/ANA/2011. O diretor geral do IBIO, Ricardo Valory, que faria a apresentação juntamente com o diretor-técnico, Fabiano Alves, se manifestou favorável à suspensão, considerando que se trata de uma apresentação longa que poderia ser prejudicada caso fosse realizada rapidamente, sobretudo no que se refere à interação e resposta às dúvidas da plenária. A proposta de suspensão foi submetida à plenária que se manifestou favoravelmente. Considerando a concordância de todos, ficou acertado o agendamento de uma reunião, no prazo de 03 (três) semanas para tratar exclusivamente desse ponto de pauta. Sem mais assuntos a tratar, a reunião foi encerrada às 17h00.

FLAMÍNIO GUERRA GUIMARÃES
Presidente do CBH-Doce